



CONTY A-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim quinzenal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 01, Nº 13 - 15 de Novembro de 2011

Cidades à venda

Com a Copa de 2014, os governos estão expulsando famílias pobres de áreas valorizadas ou consideradas estratégicas, criando novos espaços para o capital imobiliário. No quarto e último número especial sobre a Copa, vamos analisar como os Megaeventos esportivos têm promovido remoções forçadas, segregação sócio-espacial e a penalização dos sem-teto.

Por Daniel Romero

A promessa é clara: a Copa vai melhorar as cidades-sede.

Mesmo com atrasados, várias obras serão ou já estão sendo executadas.

Em BH, está sendo construído um Anel Viário e um corredor de BRT (corredor exclusivo para ônibus).

No Rio Grande do Norte, um novo aeroporto internacional na Grande Natal.

Em Pernambuco, uma Cidade da Copa – com condomínios residenciais e centros comer-

ciais - será construída em São Lourenço da Mata, na região metropolitana de Recife.

Em Fortaleza, haverá ampliação da Via Expressa e construção de um VLT (metrô de superfície).

No Rio, as obras também incluem as Olimpíadas de 2016. Estão sendo construídos dois corredores de BRT (Trans-este e Transcarioca), um estacionamento para o Maracanã, ampliação das arquibancadas do sambódromo e instalações olímpicas na Barra da Tijuca.

Em São Paulo, so-

mam-se à construção do Itaquerão outros mega-projetos urbanos, como a Operação Urbana Água Espraiada, Água Branca, o Projeto Nova Luz, a reurbanização do Parque Dom Pedro, entre outros.

Em todas as outras cidades está ocorrendo algo semelhante.

Os projetos acima vão dotar tais cidades de melhor infra-estrutura e garantir moradias mais adequadas? Sim e não. Para entender melhor, vamos analisar mais de perto.

ESPECIAL COPA 2014



Pequeno futebol, grandes negócios

Assine

CONTY A-CORRENTE

Anual (24 edições):

5X R\$ 200

Semestral (12 edições):

3X R\$ 200

Trimestral (06 edições):

2X R\$ 200

ilaese@ilaese.org.br

Por uma Copa “Limpinha”

Se analisarmos as intervenções nas cidades-sede das últimas Copas e Olimpíadas, 03 elementos são comuns: *remoções forçadas*, *gentrificação* (reformas urbanas que encarecem a região) e *penalização de populações marginalizadas* (sem-teto, trabalhadores informais, prostitutas etc.).

Segundo o relatório da prof. da USP Raquel Rolnik, Relatora Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, os megaeventos têm negado direitos básicos à população pobre.

As remoções forçadas

Segundo o relatório, apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, “A importância que se concede à criação de uma nova imagem internacional da cidade, como parte integrante da preparação dos jogos, supõe a eliminação de manifestações de pobreza e subdesenvolvimento, por meio de projetos de reurbanização que dão prioridade ao embelezamento urbano em relação às necessidades dos moradores locais”.

Isso foi verificado na maioria dos últimos

eventos esportivos: em Seul (Coreia do Sul), 15% da população sofreram despejos forçados e foram demolidos 48 mil edifícios antes dos Jogos Olímpicos de 1988.

Em Beijing (China), houve denúncias de despejos massivos, realizados às vezes por homens não identificados no meio da noite e sem aviso prévio, com detenções arbitrárias.

Na África do Sul, o projeto N2 Gateway, de construção de moradias de aluguel para a Copa do Mundo de 2010, removeu mais de 20 mil moradores da comunidade Joe Slovo, realocando-os em áreas pobres nos limites da cidade.

Em Londres, a ordem de expropriação emitida para a organização dos Jogos Olímpicos de 2012 obriga os residentes a abandonar os distritos olímpicos.

As remoções forçadas e a coação para se aceitar as indenizações também estão ocorrendo no Brasil, principalmente em São Paulo, BH, Rio e Fortaleza.

A partir de fontes dos diversos Comitês Populares da Copa, de denúncias encaminhadas à Relatoria

da ONU para o Direito à Moradia Adequada, e ação de movimentos sociais, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas, é possível construir um retrato inicial de como estão sendo feitas as remoções das famílias para as obras da Copa e outros projetos urbanos.

Em BH, estão previstas remoções de mais de 4000 famílias. No Rio Grande do Norte, cerca de 350 famílias. Em Pernambuco, a via de ligação entre a capital e o local dos jogos irá remover cerca de 600 famílias de Camaragibe, cidade da região metropolitana.

Em Fortaleza, 22 comunidades estão ameaçadas de despejos, totalizando 3500 famílias. No Rio, dezenas de famílias já foram despejadas e outras milhares estão ameaçadas em função das obras da Copa e das Olimpíadas.

Em São Paulo, todos os projetos urbanos da cidade prevêem a remoção de cerca de 50 mil famílias.

As remoções forçadas no Brasil

Os maiores confrontos têm ocorrido no Rio. 03 comunidades no Recreio dos Bandeirantes es-

tão sendo removidas para a construção de um corredor de BRT. Segundo relatório da *ONG Justiça Global*, algumas pessoas receberam notificação de apenas 5 dias para o despejo e estabelecimentos comerciais não teriam direito à indenização pelas demolições.

Em janeiro, expulsões violentas foram denunciadas em Nova Sepetiba, zona oeste do Rio, pelo jornal *A Nova Democracia*. Segundo o órgão, parte das 700 famílias da ocupação teriam sido agredidas pela PM.

Apesar da violência no Rio, nada superou o Ceará

O governador do estado, Cid Gomes, nunca havia antes posto o pé na comunidade Aldacir Barbosa, em Fortaleza. A primeira “visita” foi feita em 02 de agosto deste ano, às 20:00h, com 30 seguranças armados.

O governador entrou na casa de alguns moradores para pressioná-los a sair do local. A comunidade está no Bairro de Fátima, uma área nobre e valorizada da cidade e onde se planeja construir um VLT (Veículo Leve sobre Trilhos).•

Melhora a região, mas para quem?

Nem todas as remoções são forçadas, mas ainda assim são repletas de problemas.

Em geral, as prefeituras têm oferecido indenizações entre R\$ 8 e 10 mil, insuficientes para uma moradia digna em qualquer lugar.

Além disso, impera a desinformação, insegurança e não participação das comunidades nos processos de remoção.

Por fim, quando ocorrem realocações, em geral são para locais muito distantes do centro ou dos antigos locais de moradia.

Na comunidade do Metrô Mangueira, por exemplo, onde se prevê a construção de um estacionamento para o Maracanã, aos moradores estão sendo oferecidas habitações no Campo Grande, região muito distante da localização atual da comunidade. A pressão de agentes da prefeitura para que as famílias aceitem os acordos é constante.

Quando as mudanças ocorrem nestas condições, os moradores perdem

vínculos comunitários e sofrem um maior empobrecimento devido à diminuição das oportunidades de emprego e escolaridade, assim como pelo aumento dos gastos com transporte para chegarem ao trabalho.

A gentrificação

Além das remoções forçadas, os projetos urbanos também promovem uma expulsão indireta da população mais pobre por meio da valorização dos imóveis.

Como analisa o relatório da ONU, a mudança de uma população de renda média e alta para regiões anteriormente pobres força os antigos moradores para a periferia, pois encarecem os serviços e os aluguéis da região.

O mesmo relatório dá exemplos dos deslocamentos devidos à gentrificação e aumento de custos de moradia: em Barcelona (Espanha), o aumento dos preços de moradia num período de cinco anos em torno dos jogos alcançou 131%, enquanto no resto do país foi de 83%.

Em Atlanta (EUA), cerca de 15 mil residentes de baixa renda foram obrigados a abandonaram a cidade devido ao aumento dos aluguéis de 0,4% em 1991 para 7,9% em 1996.

Em Londres, bastou a cidade ser anunciada sede das próximas Olimpíadas que os preços dos imóveis nas zonas ao redor do sítio olímpico se elevaram entre 1,4% e 4,6%, enquanto no restante da cidade os preços caíram 0,2%.

O mesmo fenômeno está sendo observado nas cidades brasileiras e de uma forma ainda mais perversa.

No Rio, por exemplo, moradores das regiões que têm recebido as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) já estão sendo sondados por corretores para venderem seus imóveis.

Penalização das populações marginalizadas

Como os projetos urbanos valorizam as regiões, mas não acabam com a pobreza, os dias dos jogos são marcados pela criminalização das populações marginalizadas.

Ainda segundo o relatório da ONU, em Seul, as atividades de embelezamento para os Jogos Olímpicos de 1988 incluíram a detenção de pessoas sem teto em instalações fora da cidade.

Para preparar a Copa do Mundo de 2002, as autoridades locais de Seul criaram uma lista de lugares onde se proibia a presença de sem teto.

Em Barcelona, os sem teto foram levados para fora da cidade durante os jogos. Em Atlanta, a carência de moradia e atividades conexas foram declaradas ilegais e se expediram mais de 9 mil indiciamentos contra sem teto.

Os Megaeventos esportivos estão introduzindo a tendência de criar uma “legislação de exceção” durante os eventos.

Se o governo Dilma já está tirando direitos dos estudantes e idosos ao não instituir a meia-entrada nos jogos, imagine o que poderá acontecer com as populações que nunca tiveram direito algum. ●

A guerra entre as cidades-mercadoria

Assim como ocorre uma disputa entre os países para receber os investimentos de uma fábrica, algo semelhante se passa com as Copas e as Olimpíadas, mas em escala muito maior.

A migração de indústrias dos países centrais para a periferia promoveu uma guerra entre os países pobres para ver quais ofereciam condições melhores de valorização do capital: basicamente salários baixos, isenção fiscal e sindicalismo dócil.

No caso da escolha dos países sedes, ocorre algo semelhante. O geógrafo marxista David Harvey analisa este fenômeno, caracterizando a formação das cidades-mercadorias como uma guerra pela atração dos capitais internacionais vinculados a grandes empreendimentos imobiliários e de infraestrutura.

No entanto, o atrativo é a própria cidade, tornado a mesma a mercadoria principal do evento,

e os poderes públicos os financiadores do negócio.

As consequências imediatas disso são óbvias, como qualquer outra mercadoria, as “cidades-mercadoria” também só serão consumidas por quem tem condições financeiras para tal.

Diferente do discurso dos governos de que estes

séria, tudo construído com dinheiro público, mas apropriado por empresas privadas.

O melhor exemplo deste processo é a Copa do Mundo da África.

Em entrevista para o *Jornal Brasil de Fato*, o Geógrafo Gilberto Mascarenhas cita o depoimento de um con-

que sair, a cidade precisa apenas daqueles que podem pagar por ela”.

Mascarenhas conclui citando um depoimento de um morador: “Eu chorei duas vezes por causa dessa copa. A primeira vez foi quando o país foi eleito para a Copa. Eu chorei de emoção. Depois chorei quando perdi a minha casa, onde eu morava há 30 anos”.



Em tempo

Na noite em que o governador Cid Gomes foi à comunidade Aldacir Barbosa, em Fortaleza, a população enfrentou o governador, que foi obrigado a sair da comunidade aos gritos “Da minha casa, não saio não. Sou contra a remoção” e “Cid vai embora”.

O Centro de Mídia Independente produziu um vídeo em que pode se ver ...

Aliás, acesse e confira você mesmo: www.youtube.com/watch?v=y6A8x0jA2HQO •

eventos trarão melhorias sociais, os investimentos (inclusive públicos) criam verdadeiros enclaves: ilhas de prosperidade rodeadas por bolsões de mi-

selheiro municipal, o sr. Benit-Gbaffou: “Trazer a Copa do Mundo é desenvolver a cidade. Isso a torna cara. Não tem outro jeito, os pobres vão ter

EXPEDIENTE

Coordenação Nacional do ILAESE: Cristiano Monteiro, Daniel Romero, Érika Andreassy, Fernando dos Santos, Luci Praun e Nazareno Godeiro. **Contato:** Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 - 4º andar. Sé - São Paulo-SP. CEP: 01015-000 - (11) 7552-0659 - ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Atividade Principal 91.99-5-00. **Contra-corrente** é uma publicação quinzenal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. **Editor responsável:** Daniel Romero.